**PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS**

**PARA O EXERCÍCIO DE 2014**

**(art. 14, § 1º, LRF)**

**INTRODUÇÃO**

A presente projeção atende as seguintes determinações:

1. O § 6º do art. 165 da Carta Magna da República Federativa do Brasil estabelece que o Projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;
2. O inciso II do art. 5º da LRF determina que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, conforme descrito na alínea “a” acima;
3. Considerando que, no Distrito Federal, não há normativo próprio dispondo sobre a conceituação, a metodologia de cálculo e as orientações gerais sobre a forma de apuração dos benefícios de natureza creditícia e financeira regionalizados, utilizou-se, como base normativa, as instruções contidas na Portaria nº 379, de 13 de novembro de 2006, do Ministério da Fazenda, com as devidas adaptações associadas à realidade do Distrito Federal, onde se verifica:

“Art. 2º Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - benefícios ou subsídios financeiros, os desembolsos efetivos realizados por meio das equalizações de juros e preços, bem como a assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujos valores constam do orçamento da União;.

II - benefícios ou subsídios creditícios são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, à taxa de juros inferior ao custo de captação do Governo Federal.”

1. O art. 1º da Portaria/MF nº 57, de 27 de fevereiro de 2013, alterou o art. 3º da Portaria nº 379, de 13 de fevereiro de 2006, o qual passou a vigorar com a seguinte redação:

*“Art 3º A elaboração do demonstrativo de que trata o art. 1º deverá observar o seguinte:*

*I - os benefícios creditícios e financeiros conceituados na forma do art 2º serão aqueles constantes do anexo metodológico desta Portaria.*

*II - a taxa de juros utilizada para o cálculo do custo de oportunidade do Tesouro Nacional, considerada na apuração dos benefícios creditícios, será definida em Portaria Ministerial..”*

Nesse sentido, a presente Projeção foi elaborada com base nos dados extraídas do Sistema Integrado de Gestão Governamental - SIGGO, das informações fornecidas pelas unidades executoras, dos normativos descritos nas letras “a” a “d” acima, e observando o que segue:

1. base: a dotação executada (empenhado no exercício de 2012);
2. projeção até 2016, utilizando-se o IPCA;
3. as especificidades de cada um dos fundos; e
4. a Taxa de Juros de mercado (Taxa Selic) de 7,50% a.a, sem viés (fonte BACEN – Ata da 174ª Reunião, realizada nos dias 16 e 17 de abril de 2013);

RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS PARA 2014:

1. **BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:**

No âmbito do Governo do Distrito Federal, o gasto com benefícios creditícios tem origem nos quatro fundos, abaixo identificados, os quais têm por objetivo tornar mais acessíveis os recursos financeiros oferecidos pelos beneficiários a determinados segmentos da economia, com taxas de juros subsidiadas.

I) O **Fundo de Aval do Distrito Federal** – **FADF,** criado pela Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, com a nova redação dada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2011, regulamentada pelo Decreto nº 22.024, de 22 de março de 2001, e cuja operacionalidade foi alterada pelo Decreto nº 33.616, de 17 de abril de 2012, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, é a unidade responsável pela concessão de garantias complementares necessárias à contratação de financiamentos junto a instituições financeiras e aos fundos governamentais do Distrito Federal para os produtores rurais, assentados da reforma agrária ou suas cooperativas no Distrito Federal e na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal e Entorno – RIDE, conforme requisitos estabelecidos.

A taxa de concessão de aval nas operações do FADF é de meio por conto do valor da garantia ofertada e pode ser alterada por ato do Conselho Administrativo e Gestor, conforme estabelecido no art. 6º da mencionada Lei que criou o FADF.

Considerando que a Unidade não concedeu avais como garantias complementares, nos últimos exercícios;

Considerando que, mesmo com a nova redação dada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2011, não apresentou execução no exercício de 2012;

Considerando, ainda, que até a presente data não houve execução apesar da disponibilidade orçamentária e da nova normatização citada, não há uma série histórica para subsidiar uma análise mais acurada. Com edição da nova Lei, e de sua regulamentação, espera-se que o FADF passe a desenvolver efetivamente as ações para as quais foi criado;

II) O **Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR**, criado pela Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2000, alterada pela Lei nº 4.726, de 28 de dezembro de 2011, e regulamentada pelo Decreto nº 22.023, de 22 de março de 2001, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural, é a Unidade responsável por financiar despesas com investimentos e custeio, com juros subsidiados para a área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Nos termos do art. 8º da Lei nº 2.653/2000, o benefício será destinado a projetos enquadrados no Plano de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal - PRÓ-RURAL/DF-RIDE, instituido pela Lei nº 2.499, de 7 de dezembro de 1999;

III) O **Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER**, criado pela Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 709, de 4 de agosto de 2005, as quais foram regulamentadas pelos Decretos nºs 25.745/2005, 26.109/2005, 28.215/2007, 32.309/2010 e 32.813/2011, vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho é a Unidade responsável por conceder apoio e financiamentos a empreendedores econômicos que possam incrementar os níveis de emprego e renda no Distrito Federal;

IV) O **Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFE**, instituído pelo art. nº 209 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, ratificado pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, a qual sofreu varias alterações, conforme [Lei nº 962, de 30 de novembro de 1995](http://www.tc.df.gov.br/LeiOrd1995/lei_ord_962_95.html), e [Lei nº 3.019, de 18 de julho de 2002](http://www.tc.df.gov.br/LeiOrd2002/lei_ord_3019_02.htm), vinculado à Secretaria de Estado de Fazenda, disciplina os incentivos creditícios, previstos na Lei nº 409, de 16 de janeiro de 1993.

O Fundo tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, mediante apoio financeiro a projetos públicos ou privados selecionados. Foi regulamentado pelo Decreto nº 24.594 de 14 de maio de 2004, que disciplina os benefícios creditícios e o benefício especial para o desenvolvimento, previstos na Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003. O programa utiliza a estrutura do Banco de Brasília como agente financeiro.

Com a edição das Leis nºs 5.017 e 5.018, ambas de 18 de janeiro de 2013, a atuação do FUNDEFE deverá ser ampliada, pois as citadas Leis instituirão o “Financiamento Industrial para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEIAS INDUSTRIAL” e o “Financiamento de Comércio e Serviços para o Desenvolvimento Econômico Sustentável – IDEIAS COMÉRCIO E SERVIÇOS”. Tais financiamentos têm por objetivo promover o apoio ao empreendimento produtivo do Distrito Federal e ampliação da capacidade da economia local na geração de negócios e de serviços e na efetiva geração de emprego e renda.

**a) CUSTO DOS BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:**

O quadro a seguir demonstra o custo dos recursos alocados para os benefícios creditícios no exercício de 2012:

em R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PROGRAMA** | | **EXECUTADO 2012** | | **TM** | | **TJ** | | **CO=**  **1+(TM-TJ)** | | **TBU = EXEC.2012 x CO** |
| FUNDO DE AVAL | | 0 | | 0,075 | | 0,03 | | 1,0450 | | 0 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL | | 3.291.631 | | 0,075 | | 0,04 | | 1,0350 | | 3.406.838 |
| FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA (\*) | | 4.084.061 | | 0,075 | | 0,20834 | | 0,8667 | | 3.539.513 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF | | 103.529.456 | | 0,075 | | 0,02 | | 1,0550 | | 109.223.576 |
| **T O T A I S** | | **110.905.147** | |  | |  | |  | | **116.169.926** |
|  | |  | |  | |  | |  | |  |
| **ONDE:**  **TM =** Taxa de Juros de Mercado (TAXA SELIC) | | | | | | | | | | |
| **TJ =** Taxa Juros do Fundo |  | |  | |  | |  | |  | |
| **TBU =** Total do Benefício por Unidade | | |  | |  | |  | |  | |
| **CO** = Custo de Oportunidade  **EXEC**. = Executado em 2012 |  | |  | |  | |  | |  | |
|  |  | |  | |  | |  | |  | |
|  |  | |  | |  | |  | |  | |
| **(\*) Tx. FUNGER** | **VALOR** | |  | |  | |  | |  | |
| Cap. De Giro TJLP + 1,5% aa | 1,9167 | |  | |  | |  | |  | |
| Investimento TJLP + 1,0% aa | 1,4167 | |  | |  | |  | |  | |
| Investimento Rural 3% aa | 3 | |  | |  | |  | |  | |
| Custeio Rural 3% aa | 2 | |  | |  | |  | |  | |
| Total | 8,3334 | |  | |  | |  | |  | |
| Média | 2,0834 | |  | |  | |  | |  | |

**b) REGIONALIZAÇÃO:**

A regionalização desses recursos no Distrito Federal esta representada no quadro a seguir:

em R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOCALIDADE** | **FADF** | | **FDRDF** | | **FUNGER\*** | | **FUNDEFE** | |
| **QDE** | **VLR** | **QDE** | **VLR** | **QDE** | **VLR** | **QDE** | **VLR** |
| Plano Piloto | 0 | 0 | 2 | 184.393 | 10 | 46.933 | 14 | 28.347.109 |
| Gama | 0 | 0 | 2 | 77.935 | 57 | 258.130 | 1 | 12.833.082 |
| Taguatinga | 0 | 0 | 3 | 265.002 | 101 | 457.594 | 14 | 21.869.125 |
| Brazlândia | 0 | 0 | 4 | 166.200 | 20 | 89.954 | 0 | 0 |
| Sobradinho | 0 | 0 | 0 | 0 | 78 | 351.996 | 1 | 432.123 |
| Planaltina | 0 | 0 | 23 | 1.571.788 | 145 | 653.148 | 0 | 0 |
| Paranoá | 0 | 0 | 10 | 719.918 | 27 | 121.243 | 0 | 0 |
| Núcleo Bandeirante | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 27.377 | 0 | 0 |
| Ceilândia | 0 | 0 | 4 | 347.075 | 142 | 641.414 | 0 | 0 |
| Guará | 0 | 0 | 0 | 0 | 28 | 125.154 | 0 | 0 |
| Cruzeiro | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Samambaia | 0 | 0 | 0 | 0 | 77 | 348.085 | 1 | 367.329 |
| Santa Maria | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 | 117.332 | 6 | 31.112.174 |
| São Sebastião | 0 | 0 | 1 | 74.527 | 15 | 66.488 | 0 | 0 |
| Recanto das Emas | 0 | 0 | 0 | 0 | 21 | 93.866 | 0 | 0 |
| Lago Sul | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 7.822 | 0 | 0 |
| Riacho Fundo | 0 | 0 | 0 | 0 | 14 | 62.577 | 0 | 0 |
| Lago Norte | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3.911 | 0 | 0 |
| Candangolândia | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3.911 | 0 | 0 |
| Águas Claras | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 23.466 | 1 | 40.614 |
| Riacho Fundo II | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sudoeste | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3.911 | 1 | 113.935 |
| Varjão | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Park Way | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Setor Complementar | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sobradinho II | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Jardim Botâncio | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3.911 | 0 | 0 |
| Itapoã | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 15.644 | 0 | 0 |
| Setor de Industria | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3.911 | 14 | 14.108.084 |
| Vicente Pires | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 11.733 | 0 | 0 |
| Vila Estrutural | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fercal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Distrito Federal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAIS** | **0** | **0,00** | **50** | **3.406.838** | **784** | **3.539.513** | **53** | **109.223.576** |

(\*) Distribuição dos valores proporcional às quantidades apresentadas pela Unidade.

O quadro abaixo mostra o volume da renúncia de benefícios creditícios previstos e, também, que, apesar da subjetividade e da diversidade de concepções na discussão teórica, setores da sociedade distrital são beneficiados, permitindo retorno, relacionados à geração de emprego e renda.

**c) DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR SETOR BENEFICIADO:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | em R$ 1,00 |
| **SETOR BENEFICIADO** | **FADF** | **FDRDF** | **FUNGER** | **FUNDEFE** |
| Indústria | 0 | 0 | 340.263 | 33.800.734 |
| Comércio | 0 | 0 | 2.131.530 | 40.695.403 |
| Serviços | 0 | 0 | 598.393 | 31.234.429 |
| Agropecuária | 0 | 3.406.838 | 348.085 | 0 |
| Produção de Bens | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **0** | **3.406.838** | **3.539.513** | **109.223.576** |

**d) PROJEÇÃO DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS – 2013 a 2016**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  | em R$ 1,00 |
| **ANO** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** |
| **IPCA** | 1,0575 | 1,057 | 1,0534 | 1,0519 |
| FUNDO DE AVAL (\*) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL | 3.602.731 | 3.808.087 | 4.011.439 | 4.219.632 |
| FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA | 3.743.034 | 3.956.387 | 4.167.659 | 4.383.960 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF | 115.503.931 | 122.087.655 | 128.607.136 | 135.281.846 |
| **T O T A I S** | **122.849.697** | **129.854.145** | **136.788.249** | **143.887.456** |

Valores da coluna TBU do quadro contido na alínea “a”, deste instrumento, compõe a base para a projeção, utilizando-se o IPCA.

**e) RESULTADOS**

**em R$ 1,00**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **UNIDADES** | **EMPREGOS GERADOS** | | | | **VALOR DA RENUNCIA** | | | |
| **2013** | **2014** | **2015** | **2016** | **2013** | **2014** | **2015** | **2016** |
| FUNDO DE AVAL | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL | 276 | 292 | 307 | 323 | 3.602.731 | 3.808.087 | 4.011.439 | 4.219.632 |
| FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA | 354 | 374 | 394 | 415 | 3.743.034 | 3.956.387 | 4.167.659 | 4.383.960 |
| FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF (\*) | 63 | 67 | 71 | 74 | 115.503.931 | 122.087.655 | 128.607.136 | 135.281.846 |
| **T O T A I S** | **694** | **733** | **772** | **813** | **122.849.697** | **129.854.145** | **136.788.249** | **143.887.456** |

Na tabela e) RESULTADOS, constam os valores dos Benefícios Creditícios projetados com base nos valores da Renúncia efetivamente realizada e os respectivos quantitativos de empregos gerados, em 2012.

A seguir, é apresentado um quadro onde demonstra a Projeção por exercício, o montante da renúncia e a previsão do quantitativo de empregos gerados:

**em R$ 1,00**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **EXERCÍCIO** | **VALOR APLICADO** | **EMPREGOS GERADOS** |
| **2013** | 122.849.697 | 694 |
| **2014** | 129.852.129 | 733 |
| **2015** | 136.786.233 | 772 |
| **2016** | 143.885.439 | 813 |

Com base nas projeções, é possível verificar a previsão do incremento nos postos de trabalho, em decorrência das conceções das renúncias aos beneficiários dos fundos, nos setores: Indústrial, Comércio, Serviços, Agropecuário e de Produção de Bens, ou seja, ao final do exercício, para cada emprego gerado, requer em média um investimento da ordem de R$ 177.088,30.

**2) BENEFÍCIOS FINANCEIROS:**

A respeito dos Benefícios de Natureza Financeira, deixamos de fazer constar desta Lei as considerações técnicas sobre o procedimento, até que se cumpra o contido no “item 11” do Relatório nº 05/2013, DIFIS/CONEP/CONT/STC, da Secretaria de Estado de Transparência e Controle, que trata da Avaliação da relação do custo/benefício das renúncias de receitas e dos incentivos, remissões, parcelamentos de dívidas, anistias, isenções, subsídios, benefícios e afins de natureza financeira, tributária, creditícia e outros, relativamente ao exercício de 2012”, datado de 16 de março de 2013, que assim contextualiza:

“Todos os benefícios sociais constantes da Tabela 22, estimados na LDO como renúncia de benefícios financeiros, não se referem a “desembolsos efetivos realizados por meio de equalizações de juros e preços”, nem a “assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro distrital”; e, ainda, não são “dotações destinadas a cobrir a diferença entre os preços de mercado e os preços de revenda, pelo governo, de gêneros alimentícios ou outros materiais, bem como dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais”. Dessa forma, carecem de definições próprias no âmbito distrital para fins de cumprimento das legislações aplicáveis;”.